

Santos Energia Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Santos Energia Participações S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Santos Energia Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santos Energia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 09 de abril de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	9.200	133	34.958	Fornecedores	5	2	3.636	1.979	
Investimentos de curto prazo	4	-	-	27.259	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	10.086	-	
Contas a receber	5	-	-	5.880	5.999	Tributos a pagar	11	-	158	-	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		26	37	408	144	Conta de ressarcimento	12	-	40.975	20.400	
Dividendos a receber	6	178	178	-	-	Empréstimos e financiamentos	13	-	13.822	13.465	
Estoques		-	-	2.240	-	Passivo de arrendamento	14	-	301	694	
Outros créditos	7	16	112	335	1.223	Outras obrigações	-	5	1.212	2.508	
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		230	9.527	36.255	42.324	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	5	7	70.190	39.046	
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	5	-	-	-	320	Empréstimos e financiamentos	13	-	107.174	120.723	
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	28.657	6.191	Passivo de arrendamento	14	-	5.557	5.046	
Outros tributos a recuperar		33	45	300	45	Conta de ressarcimento	12	-	14.790	16.463	
Outros créditos	7	-	-	320	18.137	Impostos diferidos	15	-	-	15.420	
Investimentos	9	66.438	71.055	-	-	Provisão para desmobilização	16	-	10.683	9.069	
Imobilizado, líquido	10	82	12	207.561	217.235	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	138.204	166.721	
Intangível, líquido		4.409	4.753	6.488	6.900						
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		70.962	75.865	243.326	248.828						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social		146.346	146.272	146.346	146.272
						Prejuízo acumulado		(75.159)	(60.887)	(75.159)	(60.887)
						TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	71.187	85.385	71.187	85.385
TOTAL DO ATIVO		71.192	85.392	279.581	291.152	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.192	85.392	279.581	291.152

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	18	-	-	27.614	29.632
Custo de produção e operação de energia	19	(4)	-	(32.433)	(31.104)
RESULTADO BRUTO		(4)	-	(4.819)	(1.472)
Gerais e administrativas	20	(284)	(350)	(579)	(490)
Outras receitas e (despesas) operacionais	21	(6)	-	(2.311)	(18)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(290)	(350)	(2.890)	(508)
RESULTADO BRUTO		(294)	(350)	(7.709)	(1.980)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		54	75	2.115	876
Despesas financeiras		(160)	(366)	(13.860)	(14.921)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	22	(106)	(291)	(11.745)	(14.045)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(13.872)	(17.545)	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O PREJUÍZO		(14.272)	(18.186)	(19.454)	(16.025)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	(10.238)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	15.420	(2.161)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	23	-	-	5.182	(2.161)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(14.272)	(18.186)	(14.272)	(18.186)

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício	(14.272)	(18.186)	(14.272)	(18.186)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	<u>(14.272)</u>	<u>(18.186)</u>	<u>(14.272)</u>	<u>(18.186)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		131.576	(42.701)	88.875
Integralização de capital		14.696	-	14.696
Prejuízo do exercício		-	(18.186)	(18.186)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	146.272	(60.887)	85.385
Integralização de capital		74	-	74
Prejuízo do exercício		-	(14.272)	(14.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	146.346	(75.159)	71.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Atividades operacionais:					
Prejuízo do exercício	(14.272)	(18.186)	(14.272)	(18.186)	
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	121	350	13.950	15.763
Juros sobre cauções e investimentos de curto prazo		-	-	(3.580)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	22	-	-	407	450
Provisão para desmobilização	22	-	-	1.614	1.704
Amortização de encargos financeiros capitalizados	13	323	325	1.023	1.195
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	13	-	-	9.564	10.064
Baixa de ativo imobilizado	10	153	-	3.796	3.567
Resultado de equivalência patrimonial	9	13.454	17.545	-	-
Variação dos ativos e passivos operacionais		151	(18)	30.599	18.449
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(34)	-	(153)	-
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	13	-	-	(9.567)	(5.170)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		-	-	273	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(104)	16	33.654	27.836
Atividades de investimentos:					
Aplicação de investimentos de curto prazo		-	-	(26.630)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	10	-	-	(7.661)	(11.807)
Aumento de capital em controladas	9	(9.160)	(5.535)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(9.160)	(5.535)	(34.291)	(11.807)
Atividades de financiamentos:					
Aumento de capital	17	74	14.696	74	14.696
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	-	-	(14.212)	(6.533)
Pagamentos de arrendamentos	14	-	-	(262)	(183)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	8	-	-	(19.788)	114
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos		74	14.696	(34.188)	8.094
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(9.190)	9.177	(34.825)	24.123
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		9.200	23	34.958	10.835
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		10	9.200	133	34.958

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Santos Energia Participações S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista.

A Companhia é a controladora integral da Central Eólica Santo Antonio de Pádua S.A. (“Santo Antonio de Pádua”), Central Eólica São Cristóvão S.A. (“São Cristóvão”) e a Central Eólica São Jorge S.A. (“São Jorge”).

Em 23 de dezembro de 2020, a AES Brasil Operações S.A. assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia e suas controladas. Em 30 de abril de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE’s foi transferida e o controle assumido pela AES Brasil Operações S.A.

Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

Na controladora da Companhia, no decorrer de 2021 o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, permanece com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Complexo Eólico

Parque gerador	Contrato/Leilão	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Santo Antonio de Pádua	12º LEN/2011	12/07/2012	11/07/2047	35 anos	7	14,0	11,1
São Cristóvão	12º LEN/2011	11/07/2012	10/07/2047	35 anos	13	26,0	10,8
São Jorge	12º LEN/2011	11/07/2012	10/07/2047	35 anos	12	24,0	5,7
					32	64,0	27,6

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 30 de abril de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis consolidadas de 2021 no montante de R\$33.935 (R\$3.278 capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2020), prejuízos acumulados e prejuízo operacional, está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo além de contar com aportes financeiros de sua controladora, se necessário, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração seguirá com um plano operacional de melhoria no desempenho do ativo, investimento em operação e manutenção (O&M) e garantia de disponibilidade dos aerogeradores. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.3 Critérios de consolidação dos empreendimentos controlados

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

- (i) arrendamento;
- (ii) valor justo de instrumentos financeiros;
- (iii) provisão para desmobilização.

Provisões para processos judiciais

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser

desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem saldos de provisões judiciais resultantes de provisão de processos judiciais.

3.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

- Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas controladas.

- Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia e suas controladas detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

3.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 / IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornecer guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia e suas controladas pretendem adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	10	16	133	2.082
Operações compromissadas	-	9.184	-	32.876
Subtotal	10	9.200	133	34.958
Investimentos de curto prazo				
CDB	-	-	27.259	-
Subtotal	-	-	27.259	-
Total	10	9.200	27.392	34.958

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com fundos de investimentos e CDB com liquidez diária e rentabilidade média de 99,43% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. No entanto, em 31 de dezembro de 2020 não havia saldo de investimentos de curto prazo.

5 CONTAS A RECEBER

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia e suas controladas para constituir perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores, pois o suprimento de energia é comercializado no mercado regulado.

	2021	2020
Contratos de energia eólicos (i)	5.875	6.319
Mercado de curto prazo	5	-
Total	5.880	6.319

- (i) Refere-se substancialmente à venda de energia elétrica aos compradores (distribuidoras de energia elétrica) relativa ao faturamento dos parques eólicos.

	Saldos vincendos	Saldos vencidos de 90 a 180 dias	Total
Contratos de energia eólicos	5.875	-	5.875
Mercado de curto prazo	-	5	5
Total	5.875	5	5.880

6 PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas mantêm transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
ATIVO					
Outros créditos					
MS Participações Societárias S.A.	(i)	7	1	7	1
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.	(i)	-	28	-	-
Central Eólica São Cristóvão S.A.	(i)	-	41	-	-
Central Eólica São Jorge S.A.	(i)	-	40	-	-
Outras partes relacionadas	(ii)	-	-	-	863
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.	(iii)	-	-	-	611
Central Eólica São Cristóvão S.A.	(iii)	-	-	-	7.151
Central Eólica São Jorge S.A.	(iii)	-	-	-	10.375
Dividendos a receber					
Central Eólica São Cristóvão S.A.		51	51	-	-
Central Eólica São Jorge S.A.		127	127	-	-
Subtotal		185	288	7	19.001

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Outras obrigações					
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A.	(i)	-	-	-	(122)
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.	(i)	-	-	-	(6)
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.	(i)	-	-	-	(3)
MS Participações Societárias S.A.	(i)	-	-	-	(376)
Outras partes relacionadas	(ii)	-	-	-	(93)
Subtotal		-	-	-	(600)
Total líquido de partes relacionadas		185	288	7	19.601

- (i) Refere-se a saldo de acordo de compartilhamento de despesas;
- (ii) Refere-se a saldo de acordo de compartilhamento de despesas com empresas do mesmo grupo econômico do antigo controlador.
- (iii) Referente saldo de acordo de compartilhamento de despesas com empresas do mesmo grupo econômico do antigo controlador indireto regularizadas no momento da aquisição pela AES Operações como condição precedente.

As atividades realizadas com partes relacionadas, são oriundas das operações normais da Companhia e suas controladas com empresas participantes do mesmo grupo econômico.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários serão pagos pelo acionista.

7 OUTROS CRÉDITOS

Os outros créditos são compostos por adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas com seguros, entre outros.

Notas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento a fornecedores	9	-	48	-
Despesas antecipadas com seguros	-	-	268	-
Partes relacionadas	6	110	-	19.001
Outros	-	2	339	359
Total	16	112	655	19.360
Circulante	16	112	335	1.223
Não circulante	-	-	320	18.137
	16	112	655	19.360

8 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2021	2020
Garantias de financiamento (i)	28.640	6.174
Outros (ii)	17	17
Total	28.657	6.191

- (i) A Companhia e suas controladas detém cauções e depósitos vinculados, em sua grande maioria referentes as contas reservas das dívidas, as aplicações devem ser realizadas seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo está aplicado em fundos R\$28.640 em CDB's, a rentabilidade média apurada foi de 100% do CDI.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia possui depósitos judiciais para litígios cíveis, no montante de R\$17, relacionado a processos de servidão administrativa referente a implantação da linha de transmissão. A Companhia e suas controladas tem a possibilidade de ter reembolso do pagamento no caso do resultado favorável.

9 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Na controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora
	2021
Participações societárias permanentes:	
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	66.438
Total	66.438

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2020	Equivalencia Patrimonial	Capitalização de juros	31/12/2021
Santo Antonio de Pádua	12.352	(5.353)	(56)	7.943
São Cristóvão	27.286	(2.808)	(124)	26.654
São Jorge	31.417	(5.293)	(143)	31.841
Total	71.055	(13.454)	(323)	66.438

Movimentação dos investimentos	31/12/2019	Equivalencia Patrimonial	Capitalização de juros	31/12/2020
Santo Antonio de Pádua	12.910	(1.229)	(56)	12.349
São Cristóvão	31.486	(4.596)	(124)	27.283
São Jorge	34.528	(3.565)	(144)	31.423
Total	78.924	(9.390)	(324)	71.055

A Companhia realizou aumentos de capital em algumas de suas controladas durante o exercício e sem emissão de novas ações.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Prejuízo do exercício
Santo Antonio de Pádua	58.240	50.744	7.496	28.652	(5.353)
São Cristóvão	108.243	82.576	25.667	49.332	(2.808)
São Jorge	109.896	79.191	30.705	48.671	(5.293)
Total	276.379	212.511	63.868	126.655	(13.454)

10 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 25 anos e depreciados a uma taxa real média de 3,33%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Consolidado					
		2021			2020
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Terrenos		51	-	51	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,34%	72.865	(26.031)	46.834	53.139
Máquinas e equipamentos	4,79%	217.166	(75.308)	141.858	157.547
Móveis e utensílios	6,3%	108	(63)	45	42
Imobilizado em serviço		290.190	(101.402)	188.788	210.728
Imobilizado em curso (i)		13.454	-	13.454	1.353
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,5%	6.504	(1.185)	5.319	5.154
Total		310.148	(102.587)	207.561	217.235

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, juros capitalizados, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,67%

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas (i)	Transferências	Outras mutações (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Terrenos	-	-	-	51	-	51
Edificações, obras civis e benfeitorias	72.865	-	-	-	-	72.865
Máquinas e equipamentos	226.764	-	(3.037)	(6.146)	(414)	217.166
Móveis e utensílios	45	-	-	63	-	108
Imobilizado em serviço	299.674	-	(3.037)	(6.032)	(414)	290.190
Imobilizado em curso	1.350	9.111	(1.687)	6.032	(1.352)	13.454
Bens vinculados às concessões e autorizações	301.024	9.111	(4.724)	-	(1.766)	303.644
Direito de uso de terreno arrendado	5.947	557	-	-	-	6.504
Subtotal	306.971	9.668	(4.724)	-	(1.766)	310.148
Depreciação / Amortização arrendamento	(89.736)	(13.779)	928	-	-	(102.587)
Total líquido	217.235	(4.111)	(3.796)	-	(1.766)	207.561

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	72.865	-	-	-	72.865
Máquinas e equipamentos	219.874	-	(3.567)	10.457	226.764
Móveis e utensílios	45	-	-	-	45
Imobilizado em serviço	292.784	-	(3.567)	10.457	299.674
Imobilizado em curso	-	11.807	-	(10.457)	1.350
Bens vinculados às concessões e autorizações	292.784	11.807	-	-	304.591
Direito de uso de terreno arrendado	5.871	76	-	-	5.947
Subtotal	298.655	11.883	(3.567)	-	306.971
Depreciação / Amortização arrendamento	(74.470)	(15.266)	-	-	(89.736)
Total líquido	224.185	(3.383)	(3.567)	-	217.235

- (i) Referente a desativações em virtude da ocorrência de um sinistro
(ii) Trata-se de uma reclassificação para a linha de adiantamentos a fornecedores.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

11 TRIBUTOS A PAGAR

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa, porém, entre os meses de julho e dezembro, foram levantados balancetes de suspensão.

O reconhecimento dos tributos a pagar das controladas refere-se à mudança de tributação do Lucro Real para o Lucro Presumido durante o exercício de 2021.

	Consolidado	
	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda	7.357	-
Contribuição Social	2.729	-
Subtotal	10.086	-
	Consolidado	
	2021	2020
Outros tributos a pagar		
INSS	48	-
PIS e Cofins	15	-
ISS	46	-
IRRF	4	-
Outros	45	-
Subtotal	158	-
Total	10.244	-

12 RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2009, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009. O segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

	Consolidado	
	2021	2020
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	40.975	20.400
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	14.790	16.463
Total passivo	55.765	36.863

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Provisão	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Provisão	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Passivo	(20.127)	(16.736)	(36.863)	(18.902)	(55.765)
Total	(20.127)	(16.736)	(36.863)	(18.902)	(55.765)

Suspensão de devolução de ressarcimento

O saldo de ressarcimento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 passivo em R\$55.765 (R\$36.863 passivo em 31 de dezembro de 2020) refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *Constrained-off* de usinas.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Vencimento	Taxa Efetiva ⁽ⁱ⁾	2021								Total circulante + não circulante
		Circulante				Não Circulante				
		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	2030		TJLP + 2,45%							
		425	14.211	(814)	13.822	113.692	(6.518)	107.174		120.996
Total da dívida		425	14.211	(814)	13.822	113.692	(6.518)	107.174		120.996

- (i) A taxa de juros efetivo difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

13.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado
	Empréstimos e financiamento
Saldos em 31 de dezembro de 2019	134.632
Encargos financeiros	10.064
Pagamento de principal	(6.533)
Pagamento de encargos financeiros	(5.170)
Amortização custos de transação	1.195
Saldos em 31 de dezembro de 2020	134.188
Encargos financeiros	9.564
Pagamento de principal	(14.212)
Pagamento de encargos financeiros	(9.567)
Amortização custos de transação	1.023
Saldos em 31 de dezembro de 2021	120.996

13.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor Ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNDES	193.900	22/12/2014	TJLP + 2,45%	Mensal	Mensal	120.996	Maio de 2030	Financiamento do complexo edício

13.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Custos de transação	Total
2023	14.212	(665)	13.547
2024	14.212	(665)	13.547
2025	14.212	(665)	13.547
2026	14.212	(665)	13.547
2027	14.212	(665)	13.547
2028	14.212	(665)	13.547
Após 2028	28.420	(2.528)	25.892
Total	113.692	(6.518)	107.174

13.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, seus credores, utilizam-se dos covenants financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia e suas controladas mantiveram o acompanhamento dos seus índices financeiros.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$

14 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº10).

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2050. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

	2021	2020
Passivo circulante		
Arrendamento	301	694
Passivo não circulante		
Arrendamento	5.557	5.046
Total	5.858	5.740

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

Fluxo futuro	
CIRCULANTE	
2022	301
	301
NÃO CIRCULANTE	
2023	326
2024	354
2025	383
2026	415
2027	451
Após 2027	3.628
Total	5.858

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Passivo de arrendamento	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.847
Ingresso de principal	76
Encargos financeiros	450
Pagamento de encargos financeiros	(450)
Pagamento de principal	(183)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.740
Ingresso de principal	380
Encargos financeiros	407
Pagamento de encargos financeiros	(407)
Pagamento de principal	(262)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.858

A Companhia realizou um estudo tributário e a Administração entendeu que opção de tributação pelo lucro presumido era mais adequada aos negócios da Companhia, a partir dessa consideração no exercício de 2022 a Companhia alterou o regime tributário de lucro real para lucro presumido.

Em face dessa mudança, as controladas da Companhia ofereceram para à tributação todo o saldo de diferido passivo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$15.420, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.430/1996.

16 DESMOBILIZAÇÃO

Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Eólico São Jorge. A provisão para desmantelamento foi efetuada com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa. Em 31 de dezembro de 2021 o valor registrado na contabilidade é de R\$10.683 sendo a atualização de R\$964 contabilizado na despesa financeira (Nota 21), (R\$9.069 em 31 de dezembro de 2020).

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$146.346 (R\$146.272 em 31 de dezembro de 2020), composto por 142.770.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor contábil conforme demonstrado a seguir:

18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

	Consolidado	
	2021	2020
Contratos bilaterais	46.277	47.493
Ressarcimento de energia	(14.493)	(16.738)
Outras receitas	16	-
Receita operacional bruta	31.800	30.755
(-) PIS e COFINS	(3.016)	(1.123)
(-) ICMS	(1.170)	-
Total	27.614	29.632

19 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2021	2020
Custo de produção e operação de energia		
Contratos bilaterais	-	(506)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(2.908)	(2.518)
Taxa de fiscalização ANEEL	(281)	-
Subtotal	(3.189)	(3.024)
Custo da operação		
Pessoal e administradores	(843)	(1.195)
Serviços de terceiros	(2.940)	(2.632)
Material	(10.536)	(7.698)
Depreciação e amortização	(14.361)	(15.763)
Seguros	(193)	(341)
Arrendamentos e aluguéis	(255)	-
Outros custos operacionais	(116)	(451)
Subtotal	(29.244)	(28.080)
Total	(32.433)	(31.104)

20 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços de terceiros	(284)	(350)	(579)	(490)
Total	(284)	(350)	(579)	(490)

21 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2021	2021	2020
Perdas na desativação de bens (i)	-	(3.796)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(6)	1.485	(18)	(18)
Total	(6)	(2.311)	(18)	(18)

(i) Referente a desativações em virtude da ocorrência de um sinistro

22 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	54	73	2.124	540
Variações monetárias	-	-	7	-
Outras receitas financeiras	-	2	87	336
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	-	-	(103)	-
Total	54	75	2.115	876
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	-	-	(10.108)	(11.259)
Tarifas e encargos bancários	(23)	(4)	(27)	(856)
Juros arrendamento	-	-	(407)	(450)
Atualização provisão desmobilização	-	-	(1.614)	(1.704)
Outras despesas financeiras	(137)	(362)	(1.704)	(652)
Total	(160)	(366)	(13.860)	(14.921)
Total Líquido	(106)	(291)	(11.745)	(14.045)

23 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas apuram os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

24.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Mensuração do valor justo	Consolidado 2021		Consolidado 2020		Categoria	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	4	Nível 2	133	133	2.082	2.082	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operação compromissada)	4	Nível 2	-	-	32.876	32.876	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	27.259	27.259	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	5		5.880	5.880	6.319	6.319	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	8		28.657	28.657	6.191	6.191	Custo amortizado
Total			61.929	61.929	47.468	47.468	
PASSIVO (circulante e não circulante)							
Fornecedores			3.636	3.636	1.979	1.979	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	13		120.996	120.996	134.188	134.188	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	14		5.858	5.858	5.740	5.740	Custo amortizado
Total			130.490	130.490	141.907	141.907	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

24.2 Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e,
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

24.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e suas controladas, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas, definir padrões a serem seguidos pela Companhia e suas controladas no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

Auditoria Interna

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia e suas controladas, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma auto avaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia e suas controladas. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance

A Companhia e suas controladas estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia e suas controladas, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia e suas controladas disponibilizam diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone. O AES Helpline está disponível 24 horas por dia / 7 dias por semana. Denúncias ao AES Helpline podem ser feitas anonimamente.

A Companhia e suas controladas ainda contam com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxeram ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente

informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	Consolidado	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	133	34.958
Investimentos de curto prazo	27.259	-
Total	27.392	34.958

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	120.996	134.188
Caixa e equivalentes de caixa	(133)	(34.958)
Investimentos de curto prazo	(27.259)	-
Cauções e depósitos vinculados	(28.657)	(6.191)
Dívida líquida	64.947	93.039
Patrimônio líquido	71.187	85.385
Dívida líquida / Patrimônio líquido	47,71%	52,14%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 13.4.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 17. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	3.636	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	13.822	43.630	57.326	47.628
Passivo de arrendamento	-	301	680	1.249	3.628
Total	3.636	14.123	44.310	58.575	51.256

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2021.

(b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2021 é:

	2021
Caixa e equivalentes de caixa	133
Investimentos de curto prazo	27.259
Cauções e depósitos vinculados	28.657
Empréstimos e financiamentos	(128.328)
Total	(72.279)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros e moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos, nas dívidas e nas opções de compra aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção do indexador TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos.

Dividas	Risco	Posição em 31.12.2021	Consolidado				
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			2,66%	3,99%	5,32%	6,65%	7,98%
Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES	TJLP	(120.996)	(12.994)	(14.730)	(16.466)	(18.202)	(19.938)
Impacto no resultado			(12.994)	(14.730)	(16.466)	(18.202)	(19.938)
Total da exposição líquida			(12.994)	(14.730)	(16.466)	(18.202)	(19.938)

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com o BNDES, conforme nota explicativa nº 13

b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente acompanhados pela Administração. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia e suas controladas não devem ser impactadas no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo AES, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao constrained-off de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por constrained-off que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de constrained-off para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de constrained-off protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes),

ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do constrained-off, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por constrained-off. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de constrained-off “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do constrained-off com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

25 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Consolidado						Após 2026	Total
	2022	2023	2024	2025	2026			
Taxa de fiscalização dos serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	216	216	216	216	216	216	1.512	2.592
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	132	132	132	132	132	132	924	1.584
Encargos de conexão	2.736	2.736	2.736	2.736	2.736	2.736	19.152	32.832
Modernização e manutenção de usinas	731	319	21	-	-	-	-	1.071
Total	3.815	3.403	3.105	3.084	3.084	3.084	21.588	38.079

26 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado	
	2021	2020
Arrendamentos	(380)	-
Desmobilização	1.614	-
Total	1.234	-

Rodrigo dos Santos Martins
CRC 1SP289353/O-0

Anderson de Oliveira
Diretor